

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

Processo nº 12.344/2019

Projeto de Lei nº 269/2019

Procedência: Vereador Mazinho dos Anjos

### PARECER TÉCNICO

*Da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação, elaborado na forma do art. 61 da Resolução nº 1.919/2014, acerca do Projeto de Lei nº 269/2019, de autoria do vereador Mazinho dos Anjos, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de informações acerca de contratos de locação realizados por órgãos e entidades públicas, por meio de placas informativas e divulgação em portal da transparência.*

### 1 RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 269/2019, apresentado a esta Casa de Leis pelo vereador Mazinho dos Anjos, que busca tornar obrigatória divulgação de informações relativas aos contratos de locação realizados por órgãos e entidades públicas dos Poderes Legislativo e Executivo municipais.

A proposta se justifica com base no direito fundamental à informação e de participação popular, ambos previstos na Constituição Federal.

O PL percorreu os trâmites legislativos regimentais, figurando em três sessões ordinárias consecutivas para discussão especial e recebimento de emendas, na forma do art. 202 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Após, seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça, para análise e parecer, tendo sido designado este vereador para relatar a matéria.

É o relatório, passo a opinar.

**Gabinete do Vereador Roberto Martins**

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788, 6º andar, Gabinete 603, Bento Ferreira – Vitória/ES – CEP: 29050-940

Telefone: (27) 3334-4530 / E-mail: vereador.robertomartins@vitoria.es.leg.br

Identificado



3100330036003700360031003A005400520041000 - Câmara Municipal de Vitória/ES - 2017-2020

Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico

<http://camarasempapel.cmv.es.gov.br/autenticidade> sob o identificador

3100330036003700360031003A005400520041000

## 2 FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

É da competência desta Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação a verificação da adequação normativa material e formal do Projeto de Lei em análise. Não se pode perder de vista que a persecução dos ditames constitucionais é indispensável a toda e qualquer iniciativa legiferante da municipalidade, devendo esta obediência à Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), à Constituição do Estado do Espírito Santo (CEES), à Lei Orgânica do Município de Vitória (LOMV) e ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória (RICMV), além de outros diplomas legais aplicáveis.

No que se refere a competência legislativa e a iniciativa parlamentar, ressalta-se que a proposição se enquadra no âmbito da competência para legislar sobre assuntos de interesse local conferida aos Municípios por força do art. 30, inciso I da Constituição da República. Ademais, a proposta não incide e nenhuma das hipóteses de iniciativa reservada, prevista no art. 113 da LOMV, motivo pelo qual, reputa-se o projeto de lei ora analisado constitucional.

Sobre o tema, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem admitido que o processo legislativo seja inaugurado por Casas Legislativas em matérias de transparência e publicidade de atos do Poder Executivo. Nesse sentido, o Supremo entendeu que:

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 11.521/2000 do Estado do Rio Grande do Sul. **Obrigação do Governo de divulgar na imprensa oficial e na internet dados relativos a contratos de obras públicas. Ausência de vício formal e material. Princípio da publicidade e da transparência. Fiscaliza o. Constitucionalidade. 1.** O art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal atribuiu   União a competência para editar normas gerais de licitações e contratos. A legislação questionada não traz regramento geral de contratos administrativos, mas simplesmente determina a publicação de dados básicos dos contratos de obras públicas realizadas em rodovias, portos e aeroportos. Sua incidência é pontual e restrita a contratos específicos da administração pública estadual,



carecendo, nesse ponto, de teor de generalidade suficiente para caracterizá-la como “norma geral”. 2. **Lei que obriga o Poder Executivo a divulgar na imprensa oficial e na internet dados relativos a contratos de obras públicas não depende de iniciativa do chefe do Poder Executivo.** A lei em questão não cria, extingue ou modifica órgão administrativo, tampouco confere nova atribuição a órgão da administração pública. **O fato de a regra estar dirigida ao Poder Executivo, por si só, não implica que ela deva ser de iniciativa privativa do Governador do Estado.** Não incide, no caso, a vedação constitucional (CF, art. 61, § 1º, II, e). 3. **A legislação estadual inspira-se no princípio da publicidade, na sua vertente mais específica, a da transparência dos atos do Poder Público. Enquadra-se, portanto, nesse contexto de aprimoramento da necessária transparência das atividades administrativas, reafirmando e cumprindo o princípio constitucional da publicidade da administração pública (art. 37, caput, CF/88).** 4. **É legítimo que o Poder Legislativo, no exercício do controle externo da administração pública, o qual lhe foi outorgado expressamente pelo poder constituinte, implemente medidas de aprimoramento da sua fiscalização,** desde que respeitadas as demais balizas da Carta Constitucional, fato que ora se verifica. 5. **Não ocorrência de violação aos ditames do art. 167, I e II, da Carta Magna, pois o custo gerado para o cumprimento da norma seria irrisório, sendo todo o aparato administrativo necessário ao cumprimento da determinação legal preexistente.** 6. **Ação julgada improcedente.**

ADI 2444, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 06/11/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-021 DIVULG 30-01-2015 PUBLIC 02-02-2015.

Nessa toada, salutar dizer que projeto de lei ora analisado não trata de organização e funcionamento da Administração Municipal, visto que não criar nenhuma atribuição às Secretarias Municipais. Do contrário, objetiva tão somente ampliar a transparência e aumenta as ferramentas de fiscalização sobre o Poder Público, concretizando preceitos constitucionais.



### 3 CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, opina-se pela **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE** do Projeto de Lei nº 269/2019, contido no processo n. 12.344/2019, de autoria do vereador Mazinho dos Anjos. É o Parecer.

Casa de Leis Attilio Vivacqua, 27 de Janeiro de 2020.

---

**ROBERTO MARTINS**

Vereador (PTB)

**Gabinete do Vereador Roberto Martins**

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788, 6º andar, Gabinete 603, Bento Ferreira – Vitória/ES – CEP: 29050-940

Telefone: (27) 3334-4530 / E-mail: vereador.robertomartins@vitoria.es.gov.br

Identificado



3100330036003700360031003A00540052004100. Confira a autenticidade em <http://camarasempapel.cm.es.gov.br>

Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico

<http://camarasempapel.cm.es.gov.br/autenticidade> sob o identificador

3100330036003700360031003A00540052004100